



# Anais da Assembléia

Nº 158

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 1995.

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB** – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walnor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 1995.  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Edgard Bueno e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Tetchy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zannusso, Beto Richa, Caíto Quintana, César Selame, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Turek, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sergio Spada, Toti Colação, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Carlos Simões, Doutor Rosinha, Luiz Accorsi e Sâmis da Silva (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 613/95, do Senhor Norton José Siqueira Silva - Secretário de Estado da Fazenda substituto, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Sergio Spada, que pede esclarecimentos sobre "Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº 1962/95, do Senhor Armando Raggio - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "Existência, no orçamento para 1995, de recursos destinados à construção do Hospital de Iguaraçu". Ao Conhecimento do Deputado interessado.

Sob o nº 1667/95, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira - Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Péricles de Holleben Mello, que pede esclarecimentos sobre "Arrecadação de Taxa de Expedição de Cédula de Identidade". Ao conhecimento do Deputado interessado.

Sob o nº 1656/95, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira - Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que pede esclarecimentos sobre "Remanejamento Efetivo de Policiais que Faziam Vigilância nas Agências do BANESTADO". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº 084/95, do Senhor Altamir Carlos Lopes - Engenheiro do Departamento de Licenciamento e Controle de Poluição da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Péricles de Holleben Mello, que pede esclarecimentos sobre "Controle de Lixo Tóxico na Empresa Moura Seeling e Cia Ltda". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 1335/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "Ampliação do Prédio da Escola Estadual Marco Antônio Pimenta, em Maringá". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº 1067/95, do Senhor Ricardo Fumio Hayashi - Diretor de Transporte Metropolitano da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Luiz Accorsi, que pede esclarecimentos sobre "Transporte Metropolitano no Trecho Itaperuçu - Rio Branco do Sul". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº 604/95, do Senhor Norton José Siqueira Silva - Secretário de Estado da Fazenda substituto, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que pede esclare-

cimentos sobre "Empresa de Segurança Vencedora da Licitação para Vigilância do BANESTADO". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Fax da Senhora Nidia Farina Lamy - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Obras Públicas, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Ângelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre "Obras em Andamento, em Licitação ou já Licitadas, no Estado do Paraná Vinculadas ao PEDU - Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

#### OFÍCIO

Sob o nº CTL/SEEG 195/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando que conforme autorização concedida através do Decreto-Legislativo nº 002/95, de 15 de fevereiro de 1995, afastar-me-ei do País, nos dias 14 a 20 deste mês, com destino à Argentina, atendendo convite, terei audiência com o Presidente Carlos Menem e participarei de entrevistas com diversas organizações para trato de assuntos ligados ao MERCOSUL. Ao Conhecimento da Casa.

OF/CTL/SEEG Nº 198/95

Curitiba, 13 de novembro de 1995.  
Senhor Presidente.

Por incumbência do Senhor Governador do Estado, venho, através deste, levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o afastamento objeto do Ofício CTL/SEEG nº 195/95, de 09 do corrente mês, encaminhado a essa augusta Assembléia Legislativa ficou transferido para outra data, a ser oportunamente comunicada.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.11.95.

(a) GIOVANI GIONÉDIS

Secretário de Estado do Governo

Ofício nº 902/95

Curitiba, 14 de novembro de 1995.  
Senhor Presidente.

Por recomendação médica, deverei fazer repouso por alguns dias, portanto, solicito a V.Exa. justificar minha ausência às sessões plenárias da Assembléia Legislativa que acontecerem nos dias 13 e 14 do mês em curso.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de profundo apreço e elevada estima.

Sala das Sessões, em 14.11.95.

(a) LUIZ ACCORSI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 061/95, de minha autoria, que altera o art. 12 e o Parágrafo Único da Lei nº 10.068, de 28 de agosto de 1992.

Sala das Sessões, em 14.11.95.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão suprapartidária a fim de empenhar junto ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Rafael Greca de Macedo, para que possibilite a efetiva instalação da nova unidade do CFET/PR em Curitiba, composta por cinco membros.

Sala das Sessões, em 14.11.95.

(aa) IRINEU COLOMBO

RENATO ADUR

JOSÉ TAVARES

TOTI COLAÇO

PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 3406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça constar na Ata dos trabalhos da presente sessão de um Voto de Regozijo pelo transcurso do 44º aniversário de emancipação política do Município de Nova Esperança.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara Municipal de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 14.11.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Nova Esperança fundado em 1946 pela Companhia de Terras Norte do Paraná, foi inicialmente chamado pelo nome de Capelinha. Dado o grande progresso que experimentou desde a sua fundação, Nova Esperança não passou sequer à condição de Distrito, sendo elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 790 de 14 de novembro de 1951.

Nova Esperança teve como seu primeiro Prefeito Municipal o Senhor Dr. José Teixeira Silveira. Nova Esperança ocupa hoje destacada posição dentre os municípios do Paraná, graças ao trabalho e a dedicação de seu povo, cuja garra e espírito de luta fizeram de Nova Esperança o importante município de uma das mais progressistas regiões do Estado.

REQUERIMENTO N° 3407

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão de um Voto de Regozijo pelo transcurso do 34° aniversário da instalação do Município de INAJÁ.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município homenageado.

Sala das Sessões, em 14.11.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Pertencendo inicialmente ao Município de Nova Esperança, Inajá foi elevado à categoria de Distrito de acordo com a Lei n° 106 de 13 de julho de 1955, sendo que mais tarde, passou a pertencer ao Município de Paranacity. Em 25 de janeiro de 1961, através da Lei Estadual 4338, Inajá foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Paranacity.

A instalação oficial do município ocorreu em 15 de novembro de 1961, tendo o Sr. Antonio Henrique Phillipi sido o primeiro Prefeito de Inajá.

É justo que façamos este registro nesta Casa, homenageando a laboriosa população de Inajá.

REQUERIMENTO N° 3408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um Voto de regozijo pelo transcurso do 34° aniversário da instalação do Município de Ourizona.

Da decisão desta Casa, requer-se outrossim, seja cientificados o Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município homenageado.

Sala das Sessões, em 14.11.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

Ourizona obteve sua emancipação política através da Lei Estadual sob n° 4.245 de 25 de julho de 1.960, desmembrando-se do Município de Mandaguaçu.

A instalação do Município ocorreu dia 19 de Novembro de 1.961, data em que foi empossado o Senhor Antonio Azevedo, como primeiro Prefeito Municipal eleito.

Durante esses 34 anos da instalação do Município Ourizona, graças à dedicação e ao trabalho constante de sua população, conseguiu destacar-se dentre as cidades mais prosperas de sua região.

É justo que os ourizonenses recebam esta homenagem da Assembléia Legislativa do Paraná, pela enorme contribuição que o

Município tem dado ao Paraná.

REQUERIMENTO N° 3411

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, que seja enviado ao Município de "São Sebastião da Amoreira", Votos de Congratulações pela passagem de seu aniversário.

Sala das Sessões, em 14.11.95

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 3422

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Congratulações pela passagem do 60° Aniversário de Emancipação Política do Município de Wenceslau Braz, no próximo dia 26.

Requer, ainda, que da decisão deste douto Plenário seja dado conhecimento ao Senhor José Álvaro Gemin Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 14.11.95

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do Aniversário de Emancipação Política de Wenceslau Braz, assinalado naturalmente por festividades, deve ser destacado nesta Casa de Leis, pela pujança e desenvolvimento econômico, social e cultural que a Cidade obteve.

Hoje é uma das comunidades que mais cresce, demonstrando que a boa semente lançada pelos seus fundadores encontrou terreno fértil para crescer e frutificar.

REQUERIMENTO N° 3412

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança, Senhor Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando uma viatura para a Polícia Civil da cidade de Ibiporã.

Sala das Sessões, em 14.11.95

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

O município de Ibiporã, conta hoje, com 35.164 habitantes. Embora seja uma cidade tradicionalmente ordeira, conta com cinco agentes da polícia civil que dispõem apenas de um veículo para as necessárias diligências em garantia da ordem e segurança de seus cidadãos sendo um FIAT UNO em condições razoáveis, enquanto que, municípios há, em nossa microrregião que, infelizmente nem agente possuem, contam

com quatro veículos, sendo dois dos quais novos e, portanto, sub-utilizados, a exemplo de Sertãoópolis, com 14.292 habitantes, para a qual, reitero, por oportuno, o encaminhamento da lotação de dois agentes, na delegacia daquela localidade.

Isto posto, Senhor Presidente, destaco a necessidade premente de uma revisão nos critérios de distribuição de veículos para os municípios.

#### REQUERIMENTO N° 3413

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura municipal de Almirante Tamandaré, para que efetue reparos nas ruas do Jardim Boa Vista IV, em Almirante Tamandaré. Segundo os moradores as ruas estão completamente intransitáveis.

Sala das Sessões, em 14.11.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 3414

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - SANEPAR, para que coloque rede de esgoto em toda a extensão da rua Bruno Lôbo, no Alto Tarumã. Nesta rua todas as casas utilizam o sistema de fossa.

Sala das Sessões, em 14.11.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 3415

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de efetuar reparos em todas as ruas do Jardim Recanto Feliz, Almirante Tamandaré. Segundo os moradores as ruas estão todas esburacadas, ficando assim intransitáveis.

Sala das Sessões, em 14.11.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO N° 3416

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de colocar um Posto de Saúde no Jardim Recanto Feliz, Almirante Tamandaré.

Os moradores deste local não contam

com nenhum posto médico, o mais próximo fica em Almirante Tamandaré, mas fica difícil conseguir uma consulta, pois quando chegam não têm mais vagas.

Sala das Sessões, em 14.11.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO N° 3417

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Sílvio Magalhães de Barros II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a Construção de uma Quadra esportiva, na localidade de Placa Icaraíma, no município de Ivaté.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Elmida Panazzolo, Prefeita Municipal de Ivaté (Av. Rio de Janeiro, 2572); aos Vereadores Lourival Pestana, Presidente da Câmara Municipal; Pedro Nunes Navarro; José Chalegre, Laudemir Santin, Carmelita Lima Sgravato, Edgard Rodrigues Monção, Missael Alves da Silva, Neide M. Selito e Odemir José Anselmo de Souza (Rua Loanda, s/n) Cep 87519-000, ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, Anexo IV Gabinete 948 - Brasília - DF, CEP 70169-970).

Sala das Sessões, em 14.11.95

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta fundamenta-se em reivindicação recebida do Legislativo Municipal de Ivaté, através dos Senhores Vereadores José Chalegre e Pedro Nunes Navarro, que justificam a necessidade de uma quadra esportiva na localidade de Placa de Icaraíma, para oferecer um espaço adequado à prática esportiva aos jovens que ali residem.

Placa Icaraíma é um bairro que tem um número significativo de habitantes e fica distante da sede do município aproximadamente uns 20 quilômetros, aonde existe a quadra esportiva mais próxima.

Para que se possa incentivar o esporte e levar o lazer aos jovens de Placa de Icaraíma, é fundamental a colaboração dessa Pasta.

#### REQUERIMENTO N° 3418

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deni Lineu Schwartz, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o Recapeamento do asfalto no trecho que liga a sede do município ao Distrito de Herculanópolis, numa extensão de aproximadamente 8 quilômetros.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Elmida Panazzolo, Prefeita Municipal de Ivaté (Av. Rio de Janeiro, 2572); aos Vereadores Lourival Pestana, Presidente da Câmara Municipal; Pedro Nunes Navarro; José Chalegre, Laudemir Santin, Carmelita Lima Sgravato, Edgard Rodrigues Monção, Missael Alves da Silva, Neide M. Selito e Odemir José Anselmo de Souza (Rua Loanda, s/n) Cep 87519-000, ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, Anexo IV Gabinete 948 - Brasília - DF, CEP 70169-970).

Sala das Sessões, em 14.11.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta fundamenta-se em reivindicação recebida do Legislativo Municipal de Ivaté, através dos Senhores Vereadores José Chalegre e Pedro Nunes Navarro, quando ressaltam a importância do referido recapeamento.

Trata-se ainda de uma antiga aspiração daquela população, uma vez que faz a importante ligação entre a Sede do Município e o Distrito de Herculanópolis. Estes 8 quilômetros que se pretende recapear encontra-se em péssimo estado de conservação, resultando em sérias dificuldades no setor de transporte de cargas, principalmente na época de escoamento da safra agrícola, no trânsito dos moradores que em dias de chuva se torna difícil o acesso e finalmente pelo fato de que a Vila Rural de Ivaté será construída justamente neste acesso, exigindo-se assim, um trecho em condições perfeitas de tráfego.

REQUERIMENTO N° 3419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Leônicio Vieira de Rezende Neto, Mui Digno Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de uma central telefônica, no Município de Ivaté.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado a Senhora Elmida Panazzolo, Prefeita Municipal de Ivaté (Av. Rio de Janeiro 2572), aos Vereadores Lourival Pestana, presidente da Câmara Municipal, Pedro Nunes Navarro, José Chalegre; Laudemir Santin, Carmelita Lima Sgravato, Edgar Rodrigues Monção, Missael Alves da Silva, Neide M. Selito e Odemir José Anselmo de Souza (Rua Loanda s/n° CEP 87519.000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, Anexo IV Gabinete 948- Brasília- DF- CEP. 70169-970).

Sala das Sessões, em 14.11.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta fundamenta-se em

reivindicação recebida do Legislativo Municipal de Ivaté, através dos Senhores Vereadores José Chalegre e Pedro Nunes Navarro, quando ressaltam a importância da mencionada obra.

A ausência de uma central telefônica em Ivaté, está prejudicando sensivelmente a população que enfrenta sérias dificuldades em telecomunicações, uma vez que utiliza outra central cujo resultado não está sendo condizente com a demanda.

REQUERIMENTO N° 3420

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao ilustríssimo Senhor Hiroto Taminato, Mui Digno Superintendente da SUCEAM, solicitando a destinação de recursos para a execução de obras relativas à implantação de galerias pluviais nas ruas Anhumá, Av. Rio Grande do Norte e Rua Marabá, Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130), aos Vereadores Genésio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal; Vilson Ferraz (Av. Maringá, 4863- CEP 87502.080), ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara dos Deputados- Anexo IV- Gab. 948- Brasília- DF - CEP 70.169.970).

Sala das Sessões, e, 14.11.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta fundamenta-se em reivindicação do Vereador Vilson Ferraz quando através de expediente, justifica a necessidade de galerias pluviais nas mencionadas ruas.

É importante ressaltar que o Município já elaborou o projeto da obra, o qual foi tecnicamente viabilizado pela SUCEAM e encontra-se protocolado sob o n° 2.344.408-9.

REQUERIMENTO N° 3423

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Pedro Chagas Neto (Md. Diretor de Jornalismo do S.B.T.), solicitando cópia do ofício enviado ao SBT, através da Prefeitura Municipal de Curitiba, no qual é mencionado o nome do Deputado Renato Adur, e alegando que o CEFET é uma Entidade de Ensino Particular.

Sala das Sessões, em 14.11.95.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 3425

Senhor Presidente.



Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUEREM, que seja enviado ao Ilustríssimo Senhor Secretário do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, pedido de informações, com os seguintes questionamentos:

1. Quem é o autor (ou autores) do projeto técnico para construção do trapiche na Ilha do Mel?
2. Se houve licitação para construção da referida obra, qual a empresa vencedora e quanto custará a construção do complexo turístico tanto em Pontal do Sul como na Ilha do Mel?
3. Houve estudo técnico que comprove que a obra não causará danos ao meio ambiente? Qual é o responsável pela elaboração do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)?
4. Há autorização do IBAMA para a construção da obra?
5. Há autorização da Capitania dos Portos de Paranaguá para construção da obra?
6. Qual a fonte de financiamento da obra? As obras serão feitas com recursos do Tesouro do Estado ou de financiamentos externos?

Sala das Sessões, em 14.11.95.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

ANGELO VANHONI

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 57/95

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - Fica revogada a Resolução n° 14/95, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Novo Pirapó, desmembrando-o do Município de Apucarana.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.11.95.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

A necessidade de revogação da Resolução n° 14/95, de 23 de outubro de 1995, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Novo Pirapó, é o não acatamento pelo Tribunal Regional Eleitoral do art. 2° da referida Resolução, que manda que o plebiscito para a criação do Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana, será realizado separadamente para as áreas dos Distritos de Pirapó e São Pedro.

Não aprovado por qualquer um dos distritos o mesmo não será incorporado ao novo Município.

Essa posição do Tribunal Regional Eleitoral é contrária a vontade da maioria dos Senhores Deputados desta Casa de Leis, que só aprovou o Projeto de Resolução com a condição imposta pelo art. 2° que não foi aceita pelo Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (NEIVO BERALDIN) - Há o Requerimento aprovado na Sessão anterior do Deputado Renato Adur, aonde solicita a presença do Diretor do CEFET, para que ele possa fazer o uso da tribuna desta Casa.

No entanto, essa Presidência concede a palavra ao Deputado Renato Adur, para que faça a apresentação do referido Diretor do CEFET.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nós encaminhamos um requerimento a esta Mesa, na semana passada, de um expediente que deveria ser enviado ao Diretor do CEFET, Doutor Ataíde Moacir Cerraza, convidando-o para comparecer a esta Casa de Leis, para prestar esclarecimentos a respeito da construção do Colégio, da Escola do CEFET, na cidade de Curitiba, mais especificamente no Parque São Lourenço.

O motivo que originou o nosso Requerimento, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, foi a alegação por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba, que não poderia conceder o Alvará para construção do CEFET, na localidade do Parque São Lourenço, porque não estava de acordo com o zoneamento da cidade.

Nós estranhamos o fato, fizemos a denúncia aqui nesta Casa porque este terreno do CEFET hoje foi doação do nosso Governo do Estado do Paraná, para que Curitiba não perdesse três mil vagas aqui nesta cidade.

A verba existia no CEFET no ano de 1993, o dinheiro estava depositado no caixa do CEFET, havia vontade política do Governo Federal através do CEFET de Curitiba, que é considerada a melhor Escola Técnica do Brasil. E não existia terreno na época para a construção.

O Governo do Estado, na época o Governador Requião e o Secretário Elias Abrahão, autorizaram pesquisa de um imóvel e determinaram que esta área fosse doada ao CEFET naquela ocasião.

Uma das primeiras providências que nós tomamos naquela época, foi solicitar ao CEFET que verificasse na Prefeitura, da possibilidade da concessão do Alvará daquele imóvel, caso contrário o Governo não doaria este imóvel para o CEFET.

Portanto, estranhamos muito, e para que não paire dúvidas nós fizemos esse convite e o Diretor do CEFET, professor Moacir, por estar em férias o vice-diretor, professor José Solar, nos respondeu o

nosso requerimento através de um ofício no qual designou o professor Arildo Dirceu Cordeiro, que é Diretor de apoio das atividades de ensino do CEFET, para vir aqui nesta Casa na tarde de hoje, prestar os devidos esclarecimentos.

Só quero alertar que o professor Arildo é a pessoa encarregada pelo Diretor Moacir Ataíde do CEFET, para acompanhar todo o processo de edificação desta nova obra em Curitiba.

Nós estranhamos muito o fato da Prefeitura não conceder esse Alvará, é um casuismo muito grande, razão pela qual nós convidamos agora o Professor Arildo para que possa esclarecer a esse Plenário, a Curitiba e ao Paraná, sobre o que efetivamente está ocorrendo nesta liberação deste Alvará para a construção do CEFET, que deveria iniciar as suas atividades já neste ano no Estado do Paraná, na cidade de Curitiba no Parque São Lourenço.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Concedo a palavra ao Senhor Arildo D. Cordeiro.

O SR. ARILDO D. CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados e demais autoridades presentes.

O CEFET é uma luta antiga de parte das direções últimas do CEFET procurando sempre melhor atender a comunidade e com isso para melhor atender precisa de mais espaço físico. Como é conhecido de todos estamos numa quadra central junto à Av. Sete de Setembro, entre a Westphalen e Marechal e Silva Jardim.

Após muita luta, após aquele polêmico caso conhecido por todos, o CEFET também com ajuda de Deputados desta Casa, com esforço do Governo na época, foi possível a doação do terreno do bairro São Lourenço. Mais uma das condições, como já disse o Deputado Renato Adur, antes da doação é que fosse possível ali construir, o que precisamos realmente é de edificação para atender o que é necessário enfim, porque na nossa unidade Central já conta com 8.500 alunos, num espaço físico onde comportaria no máximo 6.000 alunos. E ali o nosso Projeto é de chegarmos a 3.000 alunos. Bom, esta Casa Deputados antes da autorização da doação nos cobrou que verificasse a viabilidade da construção naquele local, o que nós fizemos um anteprojeto, a equipe técnica do CEFET através dos seus arquitetos elaborou o anteprojeto que foi submetidos a Órgãos da Prefeitura Municipal, Meio Ambiente e IPPUC. Informalmente foi nos passado que mediante pequenas alterações da ordem da questão de estacionamentos espontâneos embaixo das árvores, que não seriam permitidos, que nós imedia-

tamente acatamos, seria passível de aprovação o projeto naquele local.

Pois bem, o CEFET, na sequência, recebeu com autorização desta Casa um terreno em doação. De imediato o CEFET não perdeu nenhum tempo, correu atrás elaborando projetos submetendo à Prefeitura para aprovação. E como já estava tranquilo quanto à sua aprovação, colocou trabalhos na frente, sobre a minha coordenação; inciamos as obras de infra-estrutura com preparo do terreno onde já investimos em torno de 100 mil reais. Feito isso, paralelamente correndo com todo o nosso pessoal, procurando sempre agilizar de toda a forma a aprovação do Projeto. Só que isso não dava, de forma alguma não andava, nós fomos atrás, eu o Professor Athaíde e Ferraz o nosso Diretor-Geral, fomos até o gabinete do Prefeito, conversamos tentamos acertar para que fosse agilizado isso, infelizmente não foi possível. Retornamos a casa do Senhor Prefeito, foi nos dito que ali não seria aprovado este Projeto do CEFET. É uma nova unidade em Curitiba, o CEFET conta hoje com mais de 15 mil alunos se somarmos os alunos do interior com as unidades em cinco municípios do interior do Estado.

Pois bem, feito isso, já que nos foi negado e oferecido uma área informalmente em troca na cidade industrial, um bairro chamado Nova Curitiba; fomos verificar, não dissemos que não trocaríamos a área, até porque recebemos a área em doação sobre determinadas condições e que acatamos e estamos respeitando. Fomos verificar essa área ofertada e o que resulta, tenho o documento em mãos, é que é uma área do Estado sendo oferecida, com 31 mil metros quadrados, enquanto que a área do Parque São Lourenço é uma área de 34 mil metros quadrados com valor comercial da ordem de 60 reais o metro quadrado, e o valor da cidade industrial em torno de 18 reais o metro quadrado e o outro, 60 reais o metro quadrado. Falo isso não que o CEFET queira tirar vantagem disso daí, porque o CEFET não procura de forma alguma brigar com interesse pessoal, principalmente de sua direção, mas sim brigar para melhor atender à comunidade como já disse antes.

Acontece que em termos legais não é possível o CEFET fazer a permuta, porque existe dispositivo legal que só permite a permuta por um imóvel de igual valor. Além do fato que entra mais um fator agravante nesse caso aqui que se trata de um terreno doado com autorização desta Casa, e que logicamente teria que ter também autorização desta Casa. E além do mais, o outro terreno oferecido também é do Estado, penso que também teria que ter autorização desta Casa.

Então estamos colocando numa posição



tal as avaliações que citei anteriormente; não são ainda avaliações oficiais, mas foram feitas por pessoas que entendem da área de imóveis de construção, aliás eu também sou engenheiro na área de construção civil, e é fácil de entender isso, num terreno situado a praticamente 10 Km do centro, e outro a 3 ou 4 Km, já por aí a diferença é grande.

Bem, em uma reunião mais recente, após muita luta, com a presença do Ministro do Estado, Governador, Prefeito e o nosso Diretor Geral do CEFET, foi proposto, e cobrado que, de alguma forma fosse feito o acerto, e foi concordado de que, a Prefeitura ofereceria, não só aquela área de 31 metros, mas mais uma área em torno de 27 mil m<sup>2</sup>, que somaria perto de 60 m<sup>2</sup>, mas acontece ainda que estas duas áreas ficam entre vias rápidas da Conectora Cinco, uma via central e duas rápidas laterais, que vai do centro e que vem para o centro. Então, para que fosse possível construir nas duas áreas, é necessário que se faça uma passarela, para que se permita que os alunos sem nenhum risco, possam passar de uma parte para outra. O que, naquela região de Agosto último foi dito pelo Senhor Prefeito, que seria possível fazer uma passarela, doar os dois terrenos e fazer tudo. O nosso diretor então afirmou que, se fosse possível tudo aquilo, nós iríamos tentar viabilizar a construção do CEFET lá naquele local e não no São Lourenço.

Bem, passado este momento em seguida, temos ofício, cópia conosco, que uma semana depois foi formalizada aquela proposta, que até então era apenas verbal, mas não mais propondo os dois terrenos como foi dito naquele momento, e sim novamente oferecendo somente a área de 31 mil metros quadrados, que fica, repito, entre vias rápidas em todo os seus lados, porque ficam ali transversais também com movimento, isso quer dizer, para uma obra ali ser feita com o porte do CEFET, tem que ter um recuo maior do que o normal dos quatro lados, isso reduz a área de 31 metros quadrados para bem menos, em resumo, o que o CEFET pretende construir, tenho a cópia aqui do Projeto, não seria possível aquela área e aquele local, em termos legais. Não sei se teria alguma pergunta para que pudesse responder.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Concedo a palavra ao Deputado Irineu Moura.

O Sr. Irineu Moura - Professor Arildo é uma satisfação recebê-lo nesta Casa. Na primeira ocasião em que o Deputado Renato Adur levantou essa problemática, que ele vem acompanhando desde a legislatura anterior, me manifestei já em solidariedade ao CEFET, mesmo porque, sou Professor

dessa Instituição na unidade de Medianeira. E confesso que fico preocupado com a situação colocada, porque numa realidade brasileira em que os recursos destinados a educação são conseguidos a duras batalhas burocráticas, batalhas políticas para se conseguir ampliar um laboratório, uma sala de aula, e nesse momento nós vemos uma boa parte dos recursos, se não houver uma reversão por parte da atitude adotada pela Prefeitura Municipal, fugir da educação, que sabe sendo usado para outros fins que não sejam para essa.

A nossa preocupação é com isso e queremos manifestar e ficar ao lado de mãos dadas com o CEFET - Paraná, especialmente na pessoa do Professor Ataíde, nosso amigo particular, na defesa e queremos fazer empenhos das mais variadas formas empenhos políticos, para que o Prefeito Municipal, Senhor Rafael Greca, reveja a sua posição, com relação ao zoneamento, me parece a primeira vista, que é perfeitamente cabível a instalação do CEFET, haja vista que esta instituição tem renomados mestres, técnicos, doutores na área de construção civil, imobiliária, enfim, e também na questão do urbanismo que podem dar o devido ajuste da construção das instalações físicas para adaptar à realidade necessária prevista dentro do plano de zoneamento.

Gostaria de fazer a seguinte pergunta, na avaliação se tem conhecimento o que leva a argumentação da Prefeitura Municipal de dizer que é apenas o zoneamento e se o zoneamento, a lei tem condições do CEFET adaptar as condições exigidas na lei de zoneamento e se tem algum outro motivo a mais para impedimento da continuidade da obra?

O SR. ARILDO CORDEIRO - A questão do zoneamento é sabido por todos, recentemente até um dos jornais colocou na primeira página, onde existe um prédio construído no mesmo imóvel com quatro pavimentos. Isto é conhecido, está no jornal da semana passada. No mesmo imóvel uma construção com quatro pavimentos e na frente da rua também com quatro pavimentos.

O nosso projeto prevê quatro pavimentos mas em dois níveis. Quer dizer, apenas dois níveis ficam acima do nível normal da rua. A parte de infra-estrutura do terreno já está pronta. Dois pavimentos estão abaixo do nível normal do terreno. Isto quer dizer que a altura, na verdade, nosso projeto não ocupa quatro pavimentos, apenas dois, porque parte do terreno já se encontra preparado.

Portanto, na parte de questão de zoneamento ainda é previsto, é possível, comprar o potencial construtivo podendo

chegar a uma obra até de oito pavimentos naquele zoneamento. O CEFET quando estava com o dinheiro disponível para não repassar esse dinheiro para outras finalidades porque é uma luta antiga de resolver essa questão do espaço do CEFET, se propõe até, fui eu quem fez esta proposta, a pagar o potencial construtivo para que pudessemos construir então mais um pavimento ou dois. Não foi nem ouvido, desculpe colocar.

Então, quero dizer o seguinte, o CEFET não luta, em hipótese alguma, por interesse político e muito menos pessoal de nenhum de seus diretores, até porque estamos terminando o mandato. Quer dizer, não somos nós, nem que fosse possível liberar agora que vamos inaugurar esta obra. Vai ser outra direção do CEFET. O CEFET não está preocupado com isto. Nós lutamos realmente para melhor atender a comunidade em todo o sentido, independente de interesse político e particular de cada um, principalmente, não é este o caso.

É alegado que a questão de tráfego no local seria tumultuado. Pois bem, o projeto prevê ao final ali, com todos os alunos, ao final do projeto, três mil alunos.

Inicialmente seriam primeiro as entradas, alunos do curso preparatório que iria aos poucos. Mas ao final, isto ao longo de um prazo x, já pré-determinado, máximo 7 anos da doação, já se passaram mais de dois, teríamos ao final três mil alunos. Pois bem, três mil alunos ali, com os nossos alunos que ocupam na sua maioria transporte coletivo não mudaria em nada a questão e tráfego no local, até porque já existe no local o transporte coletivo, até o Ligeirinho existe e várias linhas de transporte coletivo.

Na nossa unidade central nós temos 8.500 alunos, com mais cerca de 500 alunos em curso extraordinário, isto é, chega a mais de 9 mil alunos e não causa nenhum transtorno. Não precisa nem falar que isto não é o caso. Uma outra alegação é que ali não seria possível aumentar em mais nada, isto é, ampliar as instalações do CEFET ali naquele local. O nosso projeto já prevê a idade de dois cursos, inicialmente, cursos da área de construção civil e desenho industrial e dentro das possibilidades um curso novo de novos materiais. Pois bem, esses 3 mil alunos para esses cursos é perfeitamente compatível, não precisamos realmente de mais espaço. Se fosse necessário mais espaço é possível no local ainda aumentar com o potencial construtivo que acabei de citar. Seria perfeitamente viável.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está inscrito o Deputado Romanelli que está com a palavra.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Em primeiro lugar, queria manifestar em nome da Bancada do PMDB o nosso apoio, até porque o Governador Requião que teve a oportunidade de sancionar, aliás de ter enviado uma Mensagem a esta Casa, fazendo a doação desta área.

Queria na verdade dizer ao Senhor da nossa solidariedade. Porque tenho certeza, absoluta, que se fosse um pedido de uma escola particular, para instalar seus prédios, nesta área, certamente, o Prefeito de Curitiba, Rafael Greca de Macedo, teria um outro entendimento.

Agora, queria perguntar, ao Senhor, de forma clara e objetiva, se o Senhor conhece algum outro projeto de se fazer um portal, ou alguma capela, ou alguma obra que a Prefeitura, depois de ter colocado, os seus olhos sobre esta área, que é uma área privilegiada, e que certamente, até pela pouca distância que tem do centro da cidade, e que vai facilitar a vida dos alunos. Se a Prefeitura, tem alguma, demonstrou de alguma forma apetitosa uma outra destinação desta área, quando tomou conhecimento, através do pedido de alvará, que o CEFET fez.

O SR. ARILDO CORDEIRO - É o que foi repassado, que ali, foi feito uma praça, com monumentos e coisas assim, da Itália, ou coisa assim.

Não gostaria de entrar em detalhes. Mas, como é sabido, naquela região, naquele local, que é conhecido de todos, é uma das regiões de Curitiba, que mais temos praças e parques. Parques e praças de lazer. Temos ali, o Bosque do Papa, temos o São Lourenço, vários, enfim, ali. O que mais tem de área verde e espaços para a população. Não seria esse o lado realmente que penso que estaria precisando, ali.

Gostaria de acrescentar um ponto a mais. Desculpe, aproveitando, encaixando nesta pergunta. A questão ainda do tráfego. Os nossos alunos, principalmente, nesses cursos que seriam inicialmente, ali, transferidos de uma Unidade Central, da área da construção civil. A maioria de nossos alunos, são oriundos desse lado da cidade, desse lado, da grande região metropolitana, isto é, envolvendo Colombo, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul. Temos muitos alunos, principalmente, desses cursos, que já vem daquele local e não alteraria em nada a questão do tráfego.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Pela ordem de inscrição.  
Com a palavra, o Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Professor, gostaria, professor, de até entrar aqui numa

questão. Não sei se o Senhor poderia me responder, ou não.

Mas, conhecendo o trabalho do CEFET, junto com a sociedade, junto com a comunidade, o CEFET, desenvolveu trabalho valorizando, principalmente, o adolescente. É um trabalho maravilhoso, vemos até pela concorrência, hoje, para se alcançar uma vaga no CEFET. Mas com esse trabalho, que é um trabalho magnífico, esplêndido, que a sociedade reconhece.

Não sei, professor, se o Senhor poderia me responder, ou não. Mas, o Senhor não acha que está faltando, o que chamaríamos de vontade política, não. Sabe de fazer com que, de repente, um projeto como esse da construção de uma grande escola, só vai beneficiar a sociedade curitibana, de uma grande escola que pode tirar das ruas, as crianças, pode tirar das ruas, os adolescentes. Que encaminham o adolescente para um futuro melhor.

De repente, vemos aí, projeto como esse, não saindo do papel, mas por mera imposição política. Eu, não sei, se o Professor gostaria de entrar nessa área, mas, gostaria Professor, como Deputado, como político de lhe perguntar isso. Gostaria também, Professor, que o Senhor, não é, com os homens do CEFET, enfim, num trabalho junto com a Câmara Municipal de Curitiba. A Câmara Municipal de Curitiba, não pode cruzar os braços e de repente, deixar que um projeto como esse, não saia, mas por vontade de pessoas que adoram construir estátuas de pessoas que iluminam a cidade com faróis.

O SR. ARILDO CORDEIRO - Exatamente, a questão da vontade política, é só ter a vontade política, de construir, porque não tem nada que impeça. Até porque, em termos como pessoas, particular é sabido, já falei antes, que é possível comprar o potencial construtivo em zonas residenciais. É possível construir, já existe construído, várias edificações, o número de pavimentos muito superior ao nosso projeto. Então, com um pouquinho de vontade, seria possível, realmente, autorizar esse Alvará. Não vemos nada em contrário, até porque, já existe no mesmo terreno um imóvel construído com um número de pavimentos superior a que estamos propondo. Não teria nada aí, que fosse impedir.

Gostaria de ressaltar. Desculpe, aproveitando um pouquinho só, que além da redução de vagas e o porque da redução de vagas, que o CEFET está tendo que fazer a partir da metade do ano, é que o processo ensino aprendizagem, e todos os Senhores sabem precisa de estar principalmente, nesta área tecnológica, a todo momento deve estar constantemente atualizado. E para isso são necessários atualizar os

seus laboratórios, construir novos laboratórios. E hoje chegamos ao cúmulo de ocupar até subsolos de nossas construções, para fazer um laboratório de estrutura. Quem é da área sabe, estrutura temos que fazer ensaios de pórticos. Como é que vamos fazer no subsolo? Então, é impossível acompanhar o avanço tecnológico, atualizando, porque os cursos técnicos da nossa área, são cursos realmente que a cada dia estão mudando, temos que estar atualizados. E o CEFET sempre está acompanhando junto com as empresas, o setor empresarial está conosco, estamos atualizando, estamos sempre, graças a Deus, na frente, tanto é que o CEFET tem nome nacional e até internacional. Mas, infelizmente, isso não é possível e vamos ter que reduzir o número de vagas a partir de metade do próximo ano, para que possamos atender o mínimo de qualidade, o que já não é mais possível.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Pela Ordem, o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Cedo a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra o Deputado Toti Colaço, por gentileza do Deputado Renato Adur.

O SR. TOTI COLAÇO - Quero cumprimentar o Professor Arildo, pela exposição que fez a respeito do CEFET aqui no nosso Parlamento e também quero cumprimentar a preocupação e o trabalho do Deputado Renato Adur que há muito tempo vem tratando desse assunto.

Ao meu ver, meu caro Professor e prezadíssimo Presidente, o CEFET está sendo ampliado, construindo, sendo construída suas novas instalações, ampliações dentro do Município de Curitiba. Mas, na verdade, é uma escola que atende todo o Estado do Paraná, atende os interesses de todos os municípios, de Londrina, de Irati, de Ponta Grossa, de Maringá, enfim, de todos os municípios que compõem o nosso Estado. Então, me parece que é muito importante a sua presença aqui trazendo a sua preocupação, as dificuldades. Estava observando aqui nesta sùmula que recebemos do Deputado Renato Adur, que existe, inclusive, recursos já assegurados para o início da construção da obra. Parece-me, que seria muito importante que se formasse aí uma Comissão, liderada pelo Deputado Renato Adur, que vem já trabalhando há muito tempo, e pudesse fazer uma visita ao Prefeito Rafael Greca, sensibilizando-o para que imediatamente libere o alvará e que possa o CEFET ali colocar todo o seu projeto, seu plano em ação. Porque não é interesse somente da Capital do Estado, não é interesse somente de Curitiba, aqui está o in-

teresse de todo o Estado do Paraná e é nesta linha que gostaria de sugerir à Casa, sugerir ao nosso Presidente Neivo Beraldin, que está substituindo o nosso Presidente Anibal Khury, que se formasse uma Comissão e pudesse manter um contato imediatamente com o Prefeito Rafael Greca, e se possível for, também com a Câmara Municipal de Curitiba, colocando que está em jogo aí, o interesse do Paraná e não somente da Capital do Estado.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Pela Ordem, com a palavra o Deputado Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Ilustre Professor Arildo, inicialmente quero cumprimentar V.Sa., não só pela explanação que faz aqui a esta Casa, mas sobretudo pelo extraordinário trabalho que o CEFET, aqui representado na pessoa de V.Sa. vem realizando em todo o Estado do Paraná. Trata-se sem dúvida de uma instituição modelar e que gostaríamos de ver reproduzido em todo o nosso Estado, apesar de sabermos que não é de todo possível.

Mas gostaria de indagar de V.Exa. o seguinte: esta Casa aprovou uma lei, aprovou um projeto de lei de iniciativa do Governador Requião. Naquela matéria, o CEFET se comprometia a cumprir determinadas condicionantes ou exigências elencadas em um dos tópicos da lei que aprovamos. Pergunto então a V.Sa., se daqueles compromissos assumidos no Termo de Responsabilidade em que o CEFET subscreveu, se algum deles deixou de ser cumprido pelo CEFET, ou se existe algum risco do CEFET não poder cumprir algum dos itens constantes do Termo de Responsabilidade, para que pudesse aí sim então, estar expondo de alguma forma a lei que esta Casa aprovou.

O SR. ARILDO CORDEIRO - Exatamente, essa é a nossa maior preocupação, porque o CEFET quando assume o compromisso, ele procura cumprir se possível antes do prazo, e é isso que temos feito até hoje. A partir do momento que recebemos o terreno em doação, corremos atrás, buscando todos os bens possíveis para atender em tudo que assumimos, tanto é verdade que fomos até a Guarda Mirim, que fica dentro do próprio terreno, para atender já de imediato, no primeiro passo, a questão do curso preparatório, e uma sala cedida pelo guarda mirim, está funcionando desde então 2 turmas de curso preparatório que é o que está previsto no nosso compromisso.

O compromisso total seriam de 300 alunos, como logicamente não teríamos espaço sem a construção, conseguimos graças a colaboração da Guarda Mirim, uma sala, e

conseguimos colocar 2 turmas.

Então, tudo que possível o CEFET cumprir está cumprido, e corremos atrás e até sem o alvará, mas com a autorização informal de que seria liberado o alvará, investimos antecipadamente, na parte de infraestrutura, preparando o terreno, em torno de cem mil reais, quer dizer, fomos atrás, conseguimos os recursos nesse espaço de tempo e hoje esses recursos já foram repassados, porque isso data mais de ano, dois anos.

Então, em qualquer instituição, hoje de ordem federal, estadual, municipal, como é sabido, a carência de recursos é muito grande, não pode ficar o recurso parado à espera de liberação de um alvará, nós estávamos até construindo, sem alvará, o que sabemos é ilegal, mas porque sabemos que estávamos atendendo uma causa justa, que seria atender a população, não reduzindo vagas na nossa Unidade do CEFET aqui em Curitiba, porque temos no interior do Estado várias Unidades que têm um espaço de sobra e a nossa dificuldade de espaço é aqui em Curitiba.

Então o CEFET procurou atendendo nesse caso do Curso Preparatório, correu atrás da construção e o nosso cronograma cumpria com antecedência o compromisso assumido. Tanto é que eu posso repassar que o cronograma de execução das obras previa já, uma primeira etapa, pronta agora na metade do ano, de pelo menos algumas salas, que atenderia aquele primeiro compromisso das 300 vagas do Curso Preparatório. Portanto, já na metade do ano, hoje estariam terminando os primeiros Cursos Preparatórios, e lógico que para isso estariam em andamento os demais itens da obra, na sua primeira fase, que também no cronograma estaria pronto agora de dezembro, preparado para receber as primeiras turmas dos Cursos de 2º Grau, já no 1º Semestre de 96. Está no nosso cronograma de trabalho e isso estaria pronto com antecedência se fosse liberado o alvará na época. Então tudo que o CEFET assumiu ele fez, o que não fez foi porque não foi permitido.

O SR. JOSÉ TAVARES - Na sequência, Sr. Presidente, sugerir a V.Exa. e a Casa, na linha que sugeriu o Deputado Toti Colaço. Eu conversava aqui com o eminente Deputado Renato Adur e com o Deputado Irineu Colombo, que me parece que o problema é mais de vontade política mesmo do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Então, dado a relevância da matéria, dada a importância da questão, do assunto, acho que esta Casa tem que constituir uma Comissão Suprapartidária, cada Liderança partidária indica um membro para ir até o seu Prefeito Municipal, no sentido de colocar a ele todas essas questões e

fazer um apelo a S.Exa. para que colabore, para que concorde, para que ajude o CEFET, junto com o Governo do Estado encontrar uma solução para o problema de acordo com o que foi estabelecido na Lei que esta Casa aprovou.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Na sequência, essa Presidência colocará em votação o Requerimento.

Antes porém de conceder a palavra ao próximo orador, queremos agradecer a presença do Prefeito de Porto Rico, Valter Romão.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Obrigado Sr. Presidente. Primeiramente, ilustre Presidente Neivo Beraldin para registrar com alegria a presença entre nós do ilustre Vereador de Londrina, bom amigo Carlos Pinheiro. É uma honra a presença do Vereador Carlos Pinheiro entre nós.

Professor Arildo Dirceu Cordeiro uma curiosidade, me perdoe porque fuge aqui o que está se debatendo, mas como Deputado que tem a base em Londrina como: o Deputado Tavares, como o Deputado Alborghetti, há uma curiosidade para o Sr. Arildo, o que é que há de concreto sobre o CEFET em Londrina?

O SR. ARILDO DIRCEU CORDEIRO - Bem, com relação às unidades do interior, eu não estaria, digamos assim, em condições de dar as respostas. O que eu posso responder é que o que depender do CEFET, o CEFET tem cumprido. Então no caso de unidade do interior existem vários fatores que interferem: é o caso de quadro de pessoal, verbas para obra local e uma série de coisas. Não sei o caso específico de Londrina, por isso já estou adiantando.

Sou, no caso do CEFET, um dos Diretores de Áreas e encarregado para uma nova unidade do CEFET em Curitiba, não necessariamente até no Parque São Lourenço, mas é que lá, já investimos dinheiro. E já estamos adiantados e já estaríamos em condições de estar atendendo a população naquela local. Mas outras unidades do interior, infelizmente, no caso específico de Londrina não teria no momento condições. Só posso antecipar que, do que depender do CEFET, ele luta e atende.

O SR. ANTONIO BELINATI - Mas veja bem, Vossa Excelência estando ali, junto ao comando viu alguma "fumaça" de possibilidade do CEFET, porque lá estão dando como certo que o CEFET inicia atividade, em Londrina, no próximo ano. E o próximo ano é daqui a menos de cinquenta dias. E o Deputado Romanelli tem muitos parentes, em

Londrina.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Quero crer que o Professor Arildo poderá junto à Direção do CEFET, ao Diretor Geral do CEFET, buscar estas informações e trazer aqui nesta Casa, porque é uma matéria do mais alto interesse, mas acho que o Sr. Arildo não está a par desta matéria, mas ele pode buscar as informações que nós precisamos e encaminhar.

O SR. ARILDO DIRCEU CORDEIRO - Sem dúvida.

O SR. ANTONIO BELINATI - Mas nós esperamos Professor Arildo que pelo menos o comando no CEFET esteja realmente, eu digo comando, porque tem sido usado o nome do CEFET dando como certa a ida do CEFET, para Londrina, para funcionar na sede do antigo IBC, mas como já está chegando o início do ano e nós não vimos nada na prática que nos leva a acreditar sobre isso, parece que pelo menos para o começo do ano isso não será possível.

Quero que Vossa Excelência, por favor, no contato com os demais membros da Direção do CEFET, transmita por gentileza de Vossa Excelência a grande vontade que Londrina e o Norte do Paraná tem de ver o CEFET no meu Município, em Londrina.

Muito obrigado.

O SR. ARILDO DIRCEU CORDEIRO - Certo. Só gostaria, desculpe, ainda complementando a resposta com relação a esta questão de recursos e como seria e poderia viabilizado uma nova unidade, depende de recursos, logicamente, quadro de pessoal e tudo o mais.

Só para Vossa Excelência ter conhecimento, o CEFET passou os últimos meses assim como outras escolas do Governo Federal e Universidades por momentos difíceis em relação a recursos. Haja vista que esse próprio recurso dessa nova unidade em Curitiba teve que ser relocado, porque nós lutamos até o último momento para não fazermos isso, para atendermos outras necessidades.

Então, eu não tenho a resposta com relação ao caso específico de Londrina, mas o que eu sei é que não temos recursos para construir a primeira etapa ou para atender qualquer coisa e ser programada, é preciso de recursos.

O SR. ANTONIO BELINATI - Quer dizer que diante disto, parece que a cidade, não é culpa de V.Exa. e nem da Diretoria, acho que isso independe da vontade de Vossa Senhoria, mas pelo visto, então, Londrina vai ter que aguardar um pouco mais.

O SR. ARILDO DIRCEU CORDEIRO - Do que de-



pende de parte do CEFET em termos de trabalho, nós corremos atrás e atendemos tudo o que for possível. Agora o que depende de recursos e quadro de pessoal, infelizmente, nós somos um órgão Federal, uma autarquia, dependemos de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra o Deputado João Techy Filho.

O SR. JOAO TECHY FILHO - Quero parabenizar o Professor Arildo e o Deputado Renato Adur quanto a presença do Professor Arildo aqui nesta Casa. Quero dizer que me formei em Curso Superior e sempre considero que o curso técnico é de muita importância para o nosso Estado e que deve haver até uma proporcionalidade entre profissionais do curso técnico e do curso superior. Vemos que houve muito empenho, muita procura de que haja mais universidades para cursos superior, sempre sou da opinião que deve haver essa proporcionalidade para sempre ter bastante profissionais da área técnica. Então, hoje, como por exemplo, engenheiro precisa de várias pessoas que trabalhem no curso técnico. Vejo essa falha muito grande aqui no Paraná e quero dizer que também apoio qualquer iniciativa se necessitar do meu trabalho, da minha presença em prol dessa dedicação do CEFET, a gente está pronto a colaborar.

Tenho bastante conhecidos que estudam e que estudaram, sempre falaram muito bem a respeito do curso e de imediato eles são contratados até mesmo durante o curso, isso é muito importante.

E gostaria também de dar os parabéns e me colocar à disposição para qualquer coisa que se queira exigir e pedir lá para o prefeito Rafael Greca.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A pedido do Deputado Nereu Moura, essa Presidência quer anunciar a presença do Prefeito de Saudade do Iguaçu, Senhor Pedro Fontana, também do Vereador Nilson Bittencourt da mesma cidade.

Para que faça suas considerações está inscrito o Deputado Péricles de Mello.

Após o Deputado Péricles de Mello a Presidência cederá a palavra ao Deputado Renato Adur, para assim encerrarmos o assunto de hoje, sendo que depois será votado o Requerimento e ainda não foi formulado à Mesa, afim de que se possa decidir sobre uma Comissão Especial, para que converse com o prefeito Rafael Greca de Maceio.

Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Sr. Presidente, gostaria de cuprimentar o Deputado Re-

nato Adur pela iniciativa e a preocupação com esse problema que o professor Arildo Dirceu Cordeiro do CEFET, que é uma entidade que merece todo o nosso respeito, e manifestar também o nosso apoio na condição de presidente da Comissão de Educação, a que essa Comissão seja formada e nós dispomos junto com o Deputado Renato Adur, que faz parte também da Comissão de Educação, acompanhar os Deputados e questionar junto ao Governo que resolva o problema, ao Governo Municipal de Curitiba, porque pelo que o professor falou, não há do ponto de vista do zoneamento nenhum empecilho na medida em que pode-se comprar o potencial construtivo, parece que foi isso que o Senhor falou, que existe próximo ao local prédios mais altos, não teria motivo técnico concreto que não pudesse ter solução para o caso.

Acredito que o Governo de Curitiba tenha a sensibilidade suficiente para entender a importância para nossa cidade, para o nosso Paraná, que sem mais demora os prédios do CEFET possam ser construídos. Não sei se do ponto de vista técnico não há empecilho nenhum, me parece, não é professor?

O SR. ARILDO CORDEIRO - Não, o que existe pela Lei de Zoneamento é que GR3 como é o caso lá, há um pavimento, no máximo dois pavimentos dentro daquelas condições, mas pode ser, na mesma Lei de Zoneamento do Município. Está previsto que para casos especiais com autorização dos órgãos da Prefeitura, é possível, como já existe no mesmo imóvel quatro pavimentos construídos, é o imóvel da Guarda Mirim, no mesmo terreno existe imóvel com quatro pavimentos, na frente, na rua é o mesmo zoneamento, prédio novo com quatro pavimentos, isso quer dizer que é possível e é previsto na Lei.

Acredito que muito mais para uma escola, que não é para atender o interesse nem meu e nem de ninguém da direção da Escola, nem dos Senhores como Deputados, mas sim da Comunidade como um todo, para que não cheguemos ao cúmulo de reduzir vaga por falta de espaço físico.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Renato Adur.

O Sr. Angelo Vanhoni - Sr. Presidente, antes do Deputado Renato Adur fazer uso da palavra, gostaria de falar com o professor Arildo de que a nossa Bancada está emprestando total apoio a essa reivindicação o CEFET.

Acho que o Deputado Tavares, o Deputado Colombo e o Deputado Toti Colaço tiveram uma idéia que eu acho que é o caminho



de que a Assembléia Legislativa se envolva de forma mais orgânica na luta para obtenção do alvará pela Prefeitura Municipal.

Mas, gostaria de sugerir ao Deputado Toti Colaço, que esta Comissão de Deputados se dirigisse primeiramente à Câmara de Vereadores de Curitiba, e solicitasse que a Câmara comunicasse à Comissão Executiva da Câmara dos problemas que estão acontecendo com o CEFET e que a Câmara também procedesse a formação de uma Comissão suprapartidária para que em conjunto a Câmara Municipal, de Curitiba, que é o legislativo Municipal e com os Deputados para emprestar o apoio e solidariedade numa reivindicação justa como essa, possam sensibilizar o Prefeito a rever o despacho no que diz respeito a não concessão do Alvará ali na região do Jardim São Lourenço.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Concedo a palavra ao Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Agradeço as manifestações dos colegas, porque nós estamos falando em nome de Curitiba, em nome do Paraná.

Apenas queria, Senhor Presidente, fazer um último questionamento ao Professor Arildo em razão de nós termos em mãos, documentos do ano de 1994, da Secretaria do Meio Ambiente, dizendo que este imóvel era passível de aprovação pela Secretaria do Meio Ambiente, pela Prefeitura de Curitiba desde que suprimido o estacionamento espontâneo locado em área de Bosque.

Posteriormente houve uma ratificação da Secretaria, dizendo o seguinte: "ratificamos e mais, ratificamos a necessidade de suprimir o estacionamento espontâneo para aprovação do Projeto definitivo. E nenhum momento se questionou o zoneamento, ou que não era uma área apropriada para este tipo de estabelecimento que é um estabelecimento educacional.

Além do mais, a região do Parque São Lourenço, é uma região povoada de Colégios excelentes, temos o Dom Bosco, temos o Santa Maria, o Novo Ateneu, tem Colégios Estaduais, além de ser a região da cidade que tem o maior índice de Parques e Praças de Curitiba, a começar aqui pelo Parque do Pará, depois nós temos o Parque São Lourenço, a Pedreira Paulo Leminski, o Parque da Barreirinha, além de inúmeras Praças que tem naquela região.

Além de ser uma região populosa também que é o corredor para as cidades dormitórias que nós temos as cidades de Almirante Tamandaré, cidade de Rio Branco, de onde temos muitos alunos que também estudam no CEFET e que se utilizariam de alguns cursos desses, segundo o próprio CEFET.

Em razão disso Senhor Presidente, gos-

taria de fazer duas perguntas e fazer um pedido, uma sugestão à Casa.

Gostaria de fazer uma pergunta ao Prof. Arildo, de quantos alunos existem, a alegação de Curitiba no outro Ofício é que não conceda autorização para construção da Escola do CEFET, no São Lourenço, em razão:

1) da Legislação de Zoneamento não permitir o uso do solo e que também era incompatível com o sistema viário e em torno residencial.

Ora, eu acho que isso não é uma justificativa plausível. E quero fazer uma pergunta ao Prof. Arildo: No CEFET do São Lourenço, teríamos 3 mil alunos. Agora, quantos alunos existem no CEFET no centro de Curitiba, na Westphalem com a 7 de setembro e qual o meio de transporte utilizado por esses alunos e qual o tipo e qual a espécie de transtorno que ocorre diariamente nesta localidade no centro de Curitiba, para nós verificarmos se o São Lourenço, equiparando-se com o centro, será efetivamente um local de muito movimento.

O SR. PROF. ARILDO - O CEFET preza como é conhecido de todos, pela ordem.

Na nossa unidade central, centro de Curitiba, nós temos 8.500 alunos, mais alunos de cursos extraordinários que ultrapassaria a 9 mil alunos.

Não existe, até pela idade de nossos alunos, o transporte coletivo, porque eles não são maiores de idade, é a idade que eles estão fazendo o curso técnico de 2º Grau, entre 14 e 18 anos, quando ele está saindo é que ele começa a querer ter o seu próprio carro, isso quer dizer que, o transporte desses alunos é na sua totalidade transporte coletivo.

Não existe nenhum tipo de transtorno, como é conhecido de todos, com todo esse número de alunos, e nem por outras atividades do CEFET, que temos várias, na área esportiva, recreações, não existe por nenhum vizinho, nada que venha perturbar o ambiente da sua vizinhança, e muito menos seria naquele local, no Parque São Lourenço, onde temos projetos para várias atividades, e que até na questão da área verde, por ser junto a parques, não retirar áreas verdes, mas sim aumentar a área verde.

O SR. RENATO ADUR - A Prefeitura de Curitiba, quer trocar uma área de um milhão e oitocentos mil reais, no Parque São Lourenço, isso que foi doado ao CEFET, por uma área de quinhentos mil reais no bairro da Nova Curitiba, com toda a certeza, para que o Prefeito possa do alto do farol do Saber, do Pilarzinho, poder enxergar os alunos lá do final de Curitiba, deixando grande contingente de estudantes que temos nesta região, sem uma escola da melhor

qualidade, como é a Escola Técnica do CEFET.

E também, a questão da região, da alegação que a região não é apropriada não é pertinente. Acho que essa alegação, houve uma contradição através dos documentos que nós dispomos aqui, não podemos permitir isso aqui.

Queria, Senhor Presidente, solicitar a Vossa Excelência, o encaminhamento deste Requerimento, formulado pelo PT, pelo PMDB, pelos Deputados dos outros Partidos, para que possamos junto com a Câmara Municipal de Curitiba, junto com a Imprensa, junto com os Deputados de Curitiba, irmos até o Prefeito de Curitiba, para tentar sensibilizá-lo de que esta obra não é de governo nenhum, esta é uma obra de Curitiba, dos pobres de Curitiba, porque está provado de quem usa o CEFET, não é filhinho de papai, não o filhinho da mamãe que vai em carro de alto-luxo para levar o seu filho na escola, e sim um estudante pobre é o estudante que pega o ônibus, o coletivo, o biarticulado do Prefeito de Curitiba, que vai atender, que vai se servir.

E esta obra aqui do CEFET, atenderia seiscentos menores carentes de Curitiba, do Paraná, uma obra que pela primeira vez o CEFET faz um convênio com o Governo, para garantir seiscentas vagas para os estudantes, trezentas vagas nos cursinhos e trezentas vagas nos cursos regulares.

É um absurdo o que está ocorrendo em Curitiba; é um absurdo que estejamos vendo a Prefeitura de Curitiba limitando, impedindo mais uma vez que se criem duas, três mil vagas do melhor curso técnico do Brasil, na nossa Cidade de Curitiba, e no nosso Estado do Paraná.

Vimos há pouco o Deputado Belinati reclamando que em Londrina não tem uma escola, que o prefeito quer a construção do CEFET, mas não existe a verba apropriada, destinada para isso. E, em Curitiba, existe a verba, existe o terreno, existe o projeto, existe a vontade do CEFET, existe o estudante, existe tudo, só não existe a vontade do dono do Farol do Saber.

Queria solicitar ao Presidente, que nós encaminhamos o Requerimento agora, e pedimos para a Mesa dos Deputados que aprovasse esse Requerimento, para formarmos esta comissão suprapartidária e irmos até o Prefeito de Curitiba.

O Sr. Algaci Túlio (Aparte) - Quero cumprimentar o Professor Arildo, dizer que nós também estamos solidários nesta campanha, dizer que este processo todo foi desencadeado aqui nesta Casa, quando nós tivemos aquela discussão a respeito do Instituto Politécnico Estadual, e que graças a intervenção do Deputado Renato Adur, líder do Governo na época, e que pronta-

mente foi ao Governador e encontrou uma solução.

E para mim ela foi muito benéfica, foi muito importante, porque a solução encontrada foi exatamente no meu bairro, e até parece que tínhamos combinado, mas não tinha nada disso. Mas que quero dizer que, estou solidário nesta luta.

Já fiz duas reuniões com a Associação de Moradores....

O Sr. Renato Adur - Um aparte, Deputado?

Se alguém teria que reclamar do barulho e de movimentação no CEFET...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Seu tempo está mais do que esgotado.

O Sr. Algaci Túlio - Vou concluir, Senhor Presidente, dizendo então de que eu tive duas reuniões com Associação de Moradores do Bairro do Ahú, há um abaixo-assinado com mais de três mil assinaturas, a comunidade quer a obra do CEFET, ela é importante, mas até podemos entender que realmente pode causar alguns problemas no sistema viário, mesmo porque naquela curva que dá entrada, é a rua que dá entrada para o CEFET, vai ter que se fazer alguma coisa, se instalar um semáforo, coisa parecida, mas isto faz parte do progresso da cidade.

Pior seria se no local fosse construído uma praça que servisse, como é o desejo de uma parte pequena nem da comunidade praticamente é, que deseja uma praça onde os vândalos vão lá sentar, vão puxar maconha, cocaína e outras coisas mais.

Então, quero dizer que estou solidário, vou conversar com o Prefeito Rafael Greca de Macedo, faço questão de acompanhar esta Comissão também para que nós possamos encontrar um denominador comum.

Acho que o CEFET é importante não só porque é no bairro do Ahú, mas porque é importante para o Estado do Paraná.

O SR. ARILDO CORDEIRO - Senhor Presidente, só gostaria, de minha parte, agradecer a oportunidade desta Casa de trazer ao conhecimento de toda a situação que nos encontramos e a nossa luta para poder melhor atender a comunidade e principalmente agradecendo o apoio dos Senhores Deputados ao que nós estamos fazendo.

Muito obrigado a todos e estaremos sempre à disposição dos Senhores para o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Ofício n° 198/95, subscrito pelo Senhor Secretário de Estado do Governo, constante do expediente, comunicando que o afastamento objeto do Ofício CLT/SEEG n° 195/95, de 09 do corrente mês, encaminhado a esta Casa, ficou transferido para outra data, a ser oportunamente comunicada. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício n° 902/95, subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência às Sessões Plenárias nos dias 13 e 14 do corrente mês, em função de repouso por recomendação médica. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de Resolução de autoria da Senhora Deputada Ironði Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Com base no Inciso I do Art. 84, o Senhor Presidente convoca uma Sessão Extraordinária, após a que estamos realizando, para apreciação das matérias constantes já em 1ª discussão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 406/95, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Adhemar de Barros, com sede e foro no Distrito de Adhemar de Barros, Município de Terra Rica, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 135, de 16.10.95).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 406/95

##### P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 406/95, de autoria do ilustre Deputado Walmor Trentini, visa declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Adhemar de Barros, Município de Terra Rica - Paraná.

Ao proceder à análise, verificamos que no parágrafo 1° a sede e o foro é no Distrito de Adhemar de Barros. Com a finalidade de adequar o projeto tecnicamente, apresentamos uma emenda modificativa ao projeto, especificando que a "sede" é no Distrito de Adhemar de Barros e o foro no Município de Terra Rica.

Com a aprovação da emenda, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

#### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N° 406/95

Art. 1° - O art. 1° do Projeto de Lei n° 406/95, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Adhemar de Barros, com sede no Distrito de Adhemar de Barros e foro no Município de Terra Rica - Paraná".

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOSÉ TAVARES - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 440/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 068/95, que aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30/12/94, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme especifica. (Secretaria de Estado de Administração). **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95-Mens.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 440/95

##### P A R E C E R:

##### \* Relatório

De autoria do Poder Executivo, o projeto de lei em questão dispõe sobre a aprovação de um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033/94 no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), na esfera da Secretaria da Administração.

##### \* Parecer

O projeto de lei em questão visa atender a despesas da Secretaria da Administração, sendo que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Não tendo encontrado nenhum óbice legal ou constitucional à normal tramitação do projeto em tela, somos favoráveis à sua normal tramitação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDGARD BUENO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 440/95

##### P A R E C E R:

A proposição em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, via Mensagem sob n° 068/95, objetiva a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) sob Orçamento Geral da Secretaria Estadual de Administração, aprovado pela Lei n° 11.033, de 30/12/94.

Como a matéria não implica em aumento de despesas para o Estado, visto transferência de recursos de um mesmo órgão, através de cancelamento de dotação, para atender gastos com equipamentos de som ao auditório do Edifício Humberto de A. Castelo Branco, somos de parecer favorável à sua tramitação nesta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

#### ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 441/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 069/95, que aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95 - Mens).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 441/95

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão de Constituição e Justiça, Projeto de Lei n° 441/95, Mensagem n° 069/95 de autoria do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, conforme especifica. Em regime de urgência.

No âmbito desta Comissão, no aspecto constitucional a técnica legislativa, encontra-se em condições de sua tramitação normal, não havendo óbice a sua aprovação.

Parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N° 441/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, conforme especifica.

A matéria já foi devidamente apreciada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu Relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças não encontrou óbice para a tramita-

ção do projeto de lei em tela.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 443/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 071/95, que aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95 - Mens).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 443/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 1.500.000,00 ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Cultura.

O recurso é proveniente de cancelamento de dotação conforme anexos II e III da Lei.

Sendo assim, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por essa Augusta Casa de Leis.

Somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - PRESIDENTE

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N° 443/95

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, originário do Poder Executivo, através da Mensagem 071/95 de 20/10/95, visa aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei n° 11.033, de 30/12/94.)

Sobre análise desta Comissão, opinamos favoravelmente a sua tramitação, visto que a proposição objetiva suprir recursos orçamentários àquela pasta, a fim de concretizar a aquisição de imóvel, desapropriado, e sem provocar aumento de despesa estadual. Tal aquisição servirá para implantação de Complexo Cultural destinado a sociedade.

Sala das Comissões, em 06.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 444/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 074/95, que aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 1.830.250,00 (um milhão, oitocentos e trinta mil, duzentos e cinquenta reais), ao vigente orçamento do Departamento de Trânsito - DETRAN, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 444/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo do Poder Executivo tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.830.250,00 ao vigente orçamento do DETRAN.

O recurso para cobertura do crédito é proveniente de cancelamento de dotação.

Sendo assim, sob o aspecto legal, constitucional, regimental, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 444/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 074/95, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.830.250,00 (um milhão, oitocentos e trinta mil, duzentos e cinquenta reais), ao vigente orçamento do Departamento de Trânsito - DETRAN, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando despesas com a construção do Centro Regional de Paranaguá. Centro Regional de Guarapuava e construção de barracão na sede em Curitiba.

A matéria já foi objeto de análise da Comissão de Constituição e Justiça, que por seu Relator, ofereceu parecer Favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, constata que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria entidade.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 446/95 de autoria do Poder Executivo -

Mensagem n° 076/95 que aprova um Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 12.679.586,00 (doze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 446/95

P A R E C E R:

O plano de lei em questão, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem n° 076/95, aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 12.679.586,00 (doze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais).

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo diz que "fica aprovado um crédito suplementar", quando a legislação pertinente ao assunto (Lei n° 4.320/64 e a Constituição Federal) exige apenas que o Executivo peça autorização para a abertura do crédito, sendo que a abertura do mesmo deve ser efetivada, posteriormente à aprovação da lei, através de decreto, na forma do que prescreve o artigo 42 da Lei n° 4.320/64.

No âmbito da competência desta Comissão Permanente e procedida a análise da matéria, encontramos impropriedades de técnica legislativa que estão solucionadas na emenda apensa e condicionamos nosso parecer favorável à aprovação da mesma.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA  
PROJETO DE LEI N° 446/95

P A R E C E R:

Art. 1° - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 12.679.586,00 (doze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais), nos termos dos Anexos I e III.

Art. 2° - Os recursos para a cobertura do crédito suplementar de que trata esta lei são provenientes do cancelamento de dotações, de igual importância, na forma dos Anexos II e IV.

Art. 3° - Em decorrência do disposto nesta lei, o Demonstrativo da Receita fica

alterado na forma dos Anexos V, VI, VII e VIII.

Art. 4º - O ajuste no Programa de Obras constante do Anexo VI da Lei Orçamentária para 1995 será procedido na forma do Anexo IX, que faz parte integrante desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.10.95.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Joel Coimbra.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 446/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar ao vigente Orçamento Geral do Estado, para a Secretaria de Estado da Educação, conforme específica.

A matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu Relator, ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças não encontrou óbice para a tramitação do projeto de lei em tela.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, com Emenda da C.C.J.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/95 de autoria do Deputado Florisvaldo Fier (Dr. Rosinna) que declara de Utilidade Pública a Associação Musical do Método Suzuki, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 147, de 30.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 457/95

P A R E C E R:

A matéria em exame, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, declara de Utilidade Pública a Associação Musical do Método Suzuki, com sede e foro no Município de Curitiba.

Analisando a documentação apenas ao processo, verificamos que a mesma obedece o disposto na Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas pa-

ra declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no Estado do Paraná.

Em face do exposto, dentro da competência desta Comissão, exaramos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 457/95.

Sala das Comissões, em 07.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 467/95 de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Vila Cristina, Vila Rosa e Jardim Adriana, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 467/95

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Comunitária da Vila Cristina, Vila Rosa e Jardim Adriana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária da Vila Cristina, Rosa e Jardim Adriana fundada há mais de dois (02) anos presta serviços comunitários e assistenciais, através de seus associados, constituindo-se numa somatória de experiências e forças para atuação organizada, com o objetivo de sensibilizar a sociedade em geral.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 467/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a "Associação Comunitária da Vila Cristina, Vila Rosa e Jardim Adriana" com sede e foro no Município de Telêmaco Borba.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMOES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre



a mesa, Requerimentos n°s 3406 a 3408, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3426, de autoria dos Srs. Deputados Irineu Colombo, Renato Adur, José Tavares, Toti Colaço e Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3410 de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 3411 e 3412, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 3413 a 3416, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 3417 a 3420, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3422, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3423, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa.**

Requerimento n° 3425, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Claudio Romanelli, Ângelo Vanhoni e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 3404, de autoria dos Senhores Deputados José Maria Ferreira e Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) -

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Alerta para o Regimento Interno. Artigo 97. Convocação do Secretário do Estado, será resolvida pela Assembléia ou Comissão, da maioria respectiva composição Plenária.

Isso vale dizer que são necessários 28 votos para a aprovação dessa convocação.

Para encaminhar Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, ontem já antecipávamos da tribuna desta Casa, o desejo do Governo Jaime Lerner e do Secretário Cândido M. Martins de Oliveira, de vir a esta Casa, prestar todos os esclarecimentos necessários a respeito

do episódio de Santa Isabel do Ivaí.

Ainda hoje, pela manhã, em contato com o Secretário, mais uma vez, conversávamos e ele reafirmava sua disposição, encaminhando para a Liderança do Governo, o seguinte Ofício: Senhor Deputado é o presente, para com todo o respeito, consideração por Vossa Excelência e seus dignos Pares reafirmar a minha disposição e afirmar a minha disposição e vontade de comparecer à augusta Assembléia Legislativa, para prestar esclarecimentos, sobre os acontecimentos recentes do Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sem mais, com ensejo, para externar a V. Exa. estima e consideração. Respeitosamente, Cândido Manoel Martins de Oliveira, Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Desta forma o Governo mostra, a vontade, de esclarecer os fatos, e pede aos Senhores Parlamentares, que dão apoio ao Governo nesta Casa, que votem favoravelmente a convocação do Secretário, porque este é o desejo do Governo de Jaime Lerner.

Era só Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra para o encaminhamento, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Queria agradecer o Deputado Algaci Túlio, mas queria também, que Vossa Excelência, deixasse de forma clara e objetiva para todos nós, que incluo a colocação do Secretário da Segurança Pública, está também, o Comandante das operações de despejo, o Capitão PM Gilberto Candido, que deverá, também, comparecer com o Secretário de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa, que o convite a ser endereçado ao Secretário de Segurança Pública, vai sugerir a Sua Excelência, que não só o atual Capitão encarregado da operação, como também, o Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná e as pessoas que ele achar que possam informar melhor a Assembléia.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, peço esclarecimento à Mesa. Foi formulado um requerimento para escutar o trabalhador, sem-terra, da área atingida. Constatou do final do relatório ontem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, essa convocação desse trabalhador, servidor, sem-terra, não está dentro do ofício da convocação do Secretário.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Não, não está dentro do ofício, mas foram apresentados

vários ofícios.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não é ofício separado, Deputado Vanhoni.

O SR. ALGACI TÚLIO - Ah, dentro do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, pode esclarecer Vossa Excelência. Após comparecimento do Sr. Secretário do Estado, acompanhado dos seus auxiliares, nós vamos convidar, também, o encarregado do problema de terras no Paraná, bem como o Diretor do INCRA, daqui do Estado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - E a presença, Presidente, se me permite só para fazer esclarecimento, porque ontem o relatório feito pela Comissão, o Deputado Plauto Miró e o Deputado Walmor Trentini, argumentaram no Plenário e foi noticiado na imprensa de que não concordavam com o relatório, porque tinham ouvido apenas uma parte.

E esclareci ontem da tribuna de que tanto é que gostaríamos de ver o outro lado, toda a outra parte, que estávamos sugerindo a convocação do Secretário e do Comandante da Região das Operações, para prestar esclarecimentos aqui na Assembléia Legislativa, porque lá não foi possível. Nesse sentido, para escutar bem as duas partes era importante que o representante dos sem-terras também estivesse aqui presente, para prestar esclarecimentos.

Se Vossa Excelência concorda que logo após a vinda do Secretário, junto com o Diretor do INCRA, o Senhor Dirceu Rodrigues, esteja também presente um dos trabalhadores sem-terra lá da Fazenda Santa Isabel, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo, sugere que se faça separadamente e que a representação dos sem-terra seja ouvida na Comissão competente. Acho que é uma sugestão...

O SR. ÂNGELO VANHONI - Posso fazer uma sugestão, Deputado Anibal Khury?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pode, Vossa Excelência tem toda a liberdade.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Concordo que seja separado, mas é para não haver mal entendidos. Gostaria que fosse no Plenário num outro dia, então, não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Plenário num outro dia?  
De acordo.

A Mesa consulta o Plenário, o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Romanelli se o requerimento de convocação deve ser votado?

O SR. ÂNGELO VANHONI - Qual requerimento Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De convocação do Secretário.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Acho que há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito, requerimento prejudicado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, ponha em votação para que a Assembléia demonstre que é esta a vontade do conjunto dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa alerta que serão necessários 28 votos. Senhores Deputados que aprovam a convocação do Senhor Secretário de Segurança Pública, conservem como estão.

#### Aprovado o requerimento.

O Senhor Secretário será convocado. A data a ser previamente marcada com Sua Excelência.

Requerimentos n.ºs 3388 e 3405, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Claudio Romanelli, José Maria Ferreira e Walmor Trentini, constantes do expediente de sessão anterior. **Junte-se ao requerimento que convocou o Senhor Secretário de Segurança.**

Requerimento n.º 3389, e autoria dos Senhores Deputados Luiz Claudio Romanelli e Walmor Trentini, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária, para logo após ao término da presente sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 406, 440, 441, 443, 444, 446, 457 e 467/95.

Marca ainda, uma sessão ordinária para quinta-feira dia 16, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 079/95.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 406 e 446/95.

Levanta-se a sessão.